

Cidadania: da década de 1930 ao Estado Novo

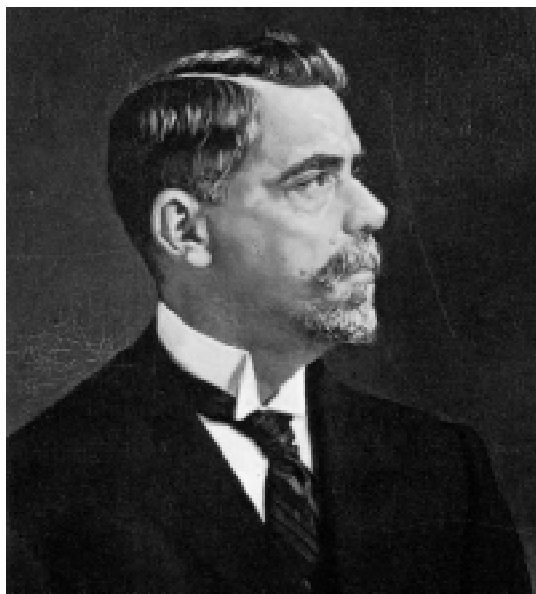
Nesta aula

Outubro de 1930. Podia-se dizer, na época, que os “gaúchos amarravam seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco”, centro do Rio de Janeiro. O poder começava a mudar de mãos. No dia 24 daquele mês, a Junta Governativa, formada por três militares que haviam deposto o presidente Washington Luís, entregou o poder a Getúlio Vargas.

No dia 3 de novembro, ao assumir a presidência, Getúlio prometia construir “*uma pátria nova(...), onde todos os seus filhos sejam iguais*” e dizia ainda que “*a revolução que fizeram foi fruto da vontade do povo, que agora é senhor do seu destino(...)*”.

Pelas ondas das rádios, que funcionavam desde o início dos anos 20, o país inteiro ouvia Getúlio. Um país cada vez mais urbano, industrial, diferente daquele dos tempos da República Velha. Um país que aguardava do novo governo a confirmação das promessas de democracia, liberdade e reformas políticas e sociais.

Mas eram várias e diferentes as forças políticas que apoiavam o novo presidente do governo provisório, Getúlio Vargas. A disputa entre essas diferentes forças e seus respectivos projetos de organização social e política do país são o tema da nossa aula.



Com Washington Luís, praticamente termina a República Velha.

Do governo provisório à Constituição de 1934

Ao assumir o governo provisório da República, Getúlio Vargas tirou do poder a oligarquia paulista, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e os partidos políticos; e destituiu os governadores, nomeando para os estados gente de sua confiança – os interventores. Chegava ao fim a ordem constitucional de 1891.

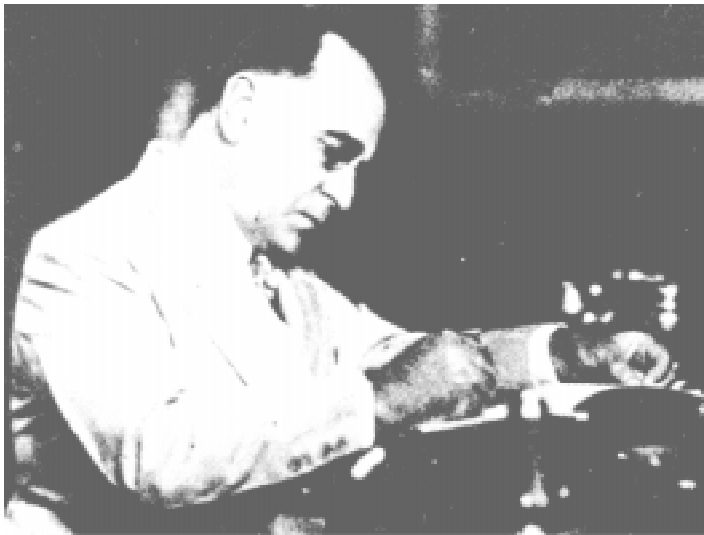
A estratégia política de Vargas procurava satisfazer tanto às lideranças oligárquicas dos diversos estados que o apoiavam quanto aos tenentes, seus principais aliados na vitória e na consolidação do movimento político-militar de 1930, que o colocaram no poder.

Os tenentes se diziam portadores das bandeiras da moralidade e das reformas que as massas urbanas tanto desejavam. No entanto, viviam o dilema de dividir o poder com os velhos políticos das oligarquias, muitos deles “inimigos de véspera”. Os conflitos e as acomodações que envolviam os tenentes e as oligarquias marcaram os primeiros anos do governo provisório.

Getúlio, por seu lado, tentava equilibrar cada uma das influências, aumentando seu próprio poder. De fato, o que prevaleceu foi a tendência para o fortalecimento do Poder Executivo.

Desse modo, desde os primeiros atos do novo governo, começou a se constituir um Estado forte e centralizado, cuja presença na vida da população foi crescente. Um Estado que, ao se organizar, incorporava e dava novo sentido a antigas reivindicações da sociedade civil.

Ainda em 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio; e o da Educação e da Saúde Pública. A criação do Ministério do Trabalho representava a tentativa do Estado de intervir de fato nas relações trabalhistas. O governo regulamentou o trabalho feminino e do menor, bem como a jornada de oito horas – antigas bandeiras de luta do movimento operário.



“Inimigos da véspera”: gente que, antes, era inimiga.

Getúlio Vargas surge no cenário político brasileiro e ali permanece durante três décadas.

Com o tempo, algumas lideranças oligárquicas (de São Paulo, principalmente) passaram a defender a volta à normalidade política, com uma Assembleia Constituinte livremente eleita pelo povo. Já os tenentes defendiam a ditadura como única forma de realizar as reformas necessárias ao país.

Em São Paulo (que tinha um *tenente* como interventor), os antigos partidos políticos descontentes formaram uma **Frente Única**, protestando contra as manobras de Vargas e exigindo uma **nova Constituição** para o país.



***A Revolução de 30
mostra o caminho
do Estado Novo,
rompendo-se
a chamada
república
oligárquica.***

Em resposta a essa pressão, em fevereiro de 1932, Vargas dava os primeiros passos para a volta da normalidade política, convocando eleições para uma Assembléia Constituinte no ano seguinte. Foi aprovada uma Lei Eleitoral com importantes medidas, como o voto secreto e obrigatório, a extensão do direito de voto para as mulheres e a criação da Justiça Eleitoral. O objetivo dessa lei era acabar com os freqüentes abusos que ocorriam na República Velha.

As medidas não foram suficientes para impedir que estourasse, em São Paulo, o movimento armado conhecido como **Revolução Constitucionalista**, em 1932. Em três meses de combates, as forças federais derrotaram o movimento. Mas Vargas sabia que apenas as eleições poderiam acalmar os ânimos.

No dia 15 de novembro de 1933, começaram os trabalhos da Assembléia Constituinte, que contava com 254 deputados. Entre eles havia uma única mulher, eleita por São Paulo. Além dos deputados eleitos por sufrágio universal, a Assembléia contou com a presença de quarenta representantes classistas, escolhidos por sindicatos de trabalhadores, de empresários, de profissionais liberais, de funcionários públicos etc. Mas só os sindicatos organizados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho tiveram direito a voto.

A nova Constituição foi promulgada em 14 de julho de 1934, mantendo a República Federativa e o regime presidencialista.

O texto constitucional refletia as disputas entre as diferentes forças políticas da época. A Constituição confirmou o voto secreto e obrigatório para todos os cidadãos alfabetizados – homens e mulheres – e tinha aspectos inovadores, como a nacionalização das riquezas do subsolo e das quedas d'água. Na área trabalhista, foram estabelecidas algumas medidas, como o **salário mínimo**, a jornada de oito horas de trabalho e as férias anuais obrigatórias e remuneradas (no entanto, as leis trabalhistas não eram aplicadas aos trabalhadores rurais). Apesar da pressão governista, que lutava pela unidade sindical, ficou consagrada a pluralidade dos sindicatos e sua liberdade.

Logo após a aprovação da Constituição, Vargas foi eleito presidente da República, de forma indireta, pela maioria dos constituintes, para um mandato de quatro anos.

A radicalização do processo político: integralistas e comunistas roubam a cena

Após a Primeira Guerra Mundial, a crise econômica na Europa fez crescer os críticos dos antigos valores democráticos e liberais. Os partidos comunistas acusavam a democracia liberal de injusta, pois ela reconhecia igualdade entre desiguais, não defendendo os menos favorecidos. Mas, para deter o avanço do comunismo, surgiam movimentos contra-revolucionários que acusavam a democracia liberal de ineficiente. Por meio de regimes fortes, propunham regular, pela força, as relações de classe dentro do capitalismo. Surgiram, assim, o **facismo** na Itália e o **nazismo** na Alemanha.

O Brasil não ficou distante dessa situação internacional. A radicalização política foi assumindo cores fortes: de um lado o verde-escuro do uniforme integralista (fascista), de outro, o vermelho das bandeiras comunistas.

A Ação Integralista Brasileira – AIB, criada em outubro de 1932, sob o comando de Plínio Salgado, era inspirada no fascismo europeu e defendia o fortalecimento do Estado e o autoritarismo. A crise financeira, o desemprego, as revoltas operárias e as desigualdades sociais só seriam solucionadas com um Estado forte, baseado num partido único: o partido integralista.

Tendo como lema “Deus, Pátria e Família”, os integralistas receberam apoio de profissionais liberais, escritores, jornalistas, professores, altos funcionários, estudantes e oficiais da Marinha e do Exército. Possuíam grande penetração nas camadas médias e populares e também na juventude.

Em março de 1935, foi criada a Aliança Nacional Libertadora – ANL, que representou uma tentativa do Partido Comunista Brasileiro – PCB de organizar uma ampla **frente política** que reunisse as diferentes tendências políticas descontentes (inclusive as liberais), temerosas com o avanço dos integralistas no governo Vargas.

A ANL expandiu-se rapidamente e, no meio do ano de 1935, já possuía milhares de núcleos espalhados pelo país. Como os integralistas, recrutava a maior parte de seus adeptos nas classes médias urbanas, especialmente entre militares, intelectuais, profissionais liberais e estudantes.

O governo Vargas continuava ignorando a Constituição. Em julho de 1935, a ANL foi considerada ilegal. Suas sedes em todo o país foram ocupadas pelas forças policiais. O governo federal, sentindo-se ameaçado em seus planos autoritários, reagiu.

Na ilegalidade, a ANL – praticamente reduzida ao Partido Comunista – partiu para a solução golpista. Em novembro de 1935, sob a liderança do antigo tenente Luís Carlos Prestes, que acabara de ingressar no Partido Comunista, organizou um levante em Natal, Recife e Rio de Janeiro: a **Intentona Comunista**, assim denominada pelos poderes oficiais.

Sem dispor da lealdade esperada dentro das Forças Armadas e sem bases populares, o movimento foi derrotado pelo governo. Os comunistas fracassaram em sua tentativa de tomar o poder. A repressão que se seguiu foi violenta. Foi decretado o Estado de Sítio, que se manteve durante todo o ano de 1936. A Lei de Segurança Nacional foi aplicada: parlamentares foram presos e julgados; sindicatos foram fechados e suas lideranças, perseguidas; militares e civis foram

presos e demitidos de suas funções públicas. A perseguição atingiu os liberais e todos os setores da esquerda. Foi criado um Tribunal de Segurança Nacional que julgava e condenava as pessoas denunciadas por subversão.

O golpe de 37 e o Estado Novo

Enquanto o governo desenvolvia a ação repressiva, teve início a campanha para a sucessão presidencial. Foram lançadas as candidaturas de Armando de Sales Oliveira (ex-governador de São Paulo) e de José Américo, teoricamente candidato da situação, apoiado por Getúlio. Este, no entanto, pretendia continuar no governo e se aproveitou do clima de apreensão e incertezas com a “ameaça” comunista. Contando com o apoio do chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro e do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, o presidente preparou um **golpe de Estado**. Para isso, afastou todos aqueles que eram contrários a ele, como os interventores que governavam os estados do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Pernambuco.

O pretexto para a realização do golpe foi a descoberta do chamado **Plano Cohen**. Elaborado por elementos militares ligados ao governo e ao integralismo, ele foi apresentado à Nação como um plano dos comunistas para derrubar o governo. Cresciam as condições políticas para o golpe, que foi apoiado por boa parcela das Forças Armadas. A democracia estava com seus dias contados.

Na manhã de 10 de novembro de 1937, o Exército cercou o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, onde funcionava o Senado. Com o apoio das Forças Armadas, Getúlio fechou o Congresso Nacional e extinguiu os partidos políticos. À noite, pelo rádio, anunciou o novo Estado e uma nova Constituição para o país. O golpe foi silencioso; seus opositores já tinham sido calados. Tinha início, naquele momento, a ditadura do **Estado Novo**.

A nova Constituição foi outorgada, prevendo a realização de um plebiscito para que o povo a julgasse. Caso fosse aprovada, uma nova estrutura de governo e de representação popular deveria ser criada, diferente da antiga forma (Câmara e Senado). A convocação do povo para esse ato nunca foi feita.

A Constituição de 1937 dava amplos poderes ao Executivo e ao presidente da República. A carta constitucional acabou com a federação, com a autonomia dos poderes e submeteu de vez os sindicatos ao controle do Estado.

Contando com um círculo pequeno de auxiliares civis e militares em alguns postos-chaves, Getúlio se empenhou em consolidar o Estado Novo. A vida política do país, nesse período, foi intensamente dominada por sua presença. Nascia o “pai dos pobres”.



O Estado Novo caracterizou-se pela consolidação de uma tendência à centralização política que se anunciava desde os anos 20 e que, ao longo do período, foi ganhando forma.

No Brasil, o Estado Novo foi a concretização desse caminho autoritário e centralizador, em boa parte distante do jogo político tradicional e das forças sociais. O novo regime aumentou a presença do poder público na economia, com a legislação trabalhista, a criação de inúmeros órgãos de política econômica e as primeiras empresas estatais, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional.

Relendo o texto

Exercícios

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver seu significado, no vocabulário da Unidade ou no dicionário.

1. Releia **Do governo provisório à Constituição de 1934** e identifique as primeiras medidas de Getúlio ao assumir o governo provisório em 1930.
2. Releia **Do governo provisório à Constituição de 1934** e retire do texto o trecho que trata das primeiras medidas do governo para regulamentar as relações trabalhistas.
3. Releia **Do governo provisório à Constituição de 1934** e identifique as três inovações da Lei Eleitoral de 1934.
4. Releia **A radicalização do processo político...** e explique o que era a ANL e quais as razões de sua criação.
5. Releia **O golpe de 37 e o Estado Novo** e responda: o que foi o Plano Cohen?
6. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

“Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso (...) ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação (...) A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo evidenciara falhas lamentáveis...”

Trechos da **Proclamação ao povo brasileiro**, lida por Getúlio Vargas e irradiada para todo o país na noite de 10 de novembro de 1937.

Com esse discurso, Getúlio inaugurava o Estado Novo, que se implantava contra a “democracia de partidos” ou o “sistema representativo”.

A partir deste documento e com base no texto desta aula, destaque algumas características do sistema representativo na Constituição de 1934 que foram abolidas pela Constituição outorgada de 1937.

